

Subalterno pode escrever! Uma contribuição decolonial e interseccional na obra de Carolina Maria de Jesus para os estudos organizacionais

Carolina Guedes de Oliveira e Sergio Eduardo Pinho Velho Wanderley

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de investigar como é possível estabelecer uma conexão através de características pertinentes nas empresas contemporâneas quanto à temática das mulheres negras por meio do estudo da interseccionalidade, como (re)produtor das desigualdades estruturais e sociais identificadas na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, publicada em 1960. Apresentando uma abordagem qualitativa, com enfoque exploratório e explicativo, este estudo visa reconstruir a subjetividade identitária das mulheres negras. Por essa razão, considera-se como o primeiro ponto de partida deste estudo as narrativas de mulheres negras, profissionais de empresas multinacionais. Desta forma, através das entrevistas realizadas foi possível coletar e analisar os dados segundo a perspectiva da interseccionalidade e da decolonialidade. A metodologia empírica aplicada, através da pesquisa e da observação, partindo da análise do conteúdo em ancoragem, por meio da definição das categorizações e alocação das transcrições dos textos em cada uma das categorias estabelecidas em espécie de agrupamento. Os resultados alcançados contribuem para a perspectiva desta temática nos Estudos Organizacionais ao evidenciar que questões levantadas por Carolina Maria de Jesus ainda se encontram presentes nas relações sociais e na posição da mulher negra nas empresas contemporâneas.

Palavras-chave: interseccionalidade; decolonialidade; subalterna; Carolina Maria de Jesus.

Subaltern Can Write! A Decolonial and Intersectional Contribution in the Work of Carolina Maria de Jesus for Organizational Studies

Recebido em: 16/03/2021

Revisado em: 14/06/2021

Aprovado em: 28/10/2021



ABSTRACT

This study aims to investigate how it is possible to establish a connection through relevant characteristics in contemporary companies regarding the theme of black women through the study of intersectionality, as (re)producer of structural and social inequalities identified in the work “Room of eviction: diary of a slum”, by Carolina Maria de Jesus, published in 1960. Presenting a qualitative approach, with exploratory and explanatory approach, this study aims to reconstruct the identity subjectivity of black women. For this reason, the narratives of black women, professionals of multinational companies, are considered as the first starting point of this study. Thus, through the interviews conducted it was possible to collect and analyze the data from the perspective of intersectionality and decoloniality. The empirical methodology applied, through research and observation, starting from the analysis of anchored content, through the definition of categorizations and allocation of the transcriptions of the texts in each of the categories established in grouping species. The results achieved contribute to the perspective of this theme in Organizational Studies, showing that issues raised by Carolina Maria de Jesus are still present in social relations and in the position of black women in contemporary companies.

Keywords: intersectionality; decoloniality; subaltern; Carolina Maria de Jesus.

Carolina Guedes de Oliveira 

Universidade do Grande Rio, Brasil
Mestra em Administração pela
Universidade do Grande Rio

20carolina@gmail.com

Sergio Eduardo Pinho Velho Wanderley 

Universidade do Grande Rio, Brasil
Doutor em Administração de
Empresas, Escola Brasileira de
Administração Pública e de Empresas,
Fundação Getúlio Vargas, Brasil

sergio.wanderley@unigranrio.edu.br

Introdução

É a partir da análise e reflexão da condição da mulher negra no mercado de trabalho que este estudo se propôs investigar as desigualdades e enfiamentos que ainda persistem nas relações sociais como um efeito contínuo da colonialidade. Coutinho, Costa e Carvalho (2009, p. 30) lembram que “vivemos numa sociedade em que a cor e/ou a raça e/ou a etnia constituem-se como poderosos mecanismos de estratificação social”, ou seja, a raça, a classe e o gênero tornaram-se condicionantes impositivas como critério para consolidação e ascensão de carreiras profissionais. Para tanto, perceber essa forma de exclusão social das mulheres negras no ambiente organizacional é reconhecer que o racismo, o sexismo e o patriarcalismo ainda permanecem no cotidiano das empresas.

Como recorda Nascimento (2019, p. 59) “a mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra na maioria das vezes não qualificada”. Essa percepção da mulher negra foi uma condição mantenedora de barreiras quanto às oportunidades de trabalho e ascensão social.

Sendo assim, o ponto de partida desse estudo é a realização de entrevistas com mulheres negras profissionais de empresas multinacionais. Para compor esse estudo recorreu-se à obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, que apresenta a construção da subjetividade interseccionada das mulheres negras socialmente marginalizadas na história do cotidiano social brasileiro. Essa obra teve sua relevância ressaltada nesse momento da efeméride de 60 anos de publicação e representa um marco na afirmação do título desse artigo de que o “Subalterno pode escrever”. Impressionantemente, o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” mantém-se atualíssimo com todas as temáticas políticas públicas e social abordadas. Ainda convém lembrar que a FLUP (Festa Literária das Periferias) no ano de 2020 homenageou a escritora Carolina Maria de Jesus com o tema “Uma revolução chamada Carolina” (Oliveira, 2020).

Desta forma, este estudo, a partir das reflexões sugeridas, pretende responder a seguinte questão: Como é possível identificar na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, características pertinentes do estudo da interseccionalidade e da decolonialidade que contribuem para entender a posição da mulher negra dentro das empresas multinacionais contemporâneas?

A partir deste questionamento, entende-se a necessidade de analisar a perspectiva da interseccionalidade e da decolonialidade na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina Maria de Jesus, assim como as características da representação da mulher negra que também pode, paralelamente, ser identificada na contemporaneidade das empresas multinacionais. Logo, a relevância desta temática sugere refletir como as relações sociais dentro das empresas multinacionais contemporâneas posicionam a mulher negra, identificando ou não a implantação da gestão da diversidade como medida que possa colaborar com o fim da presença do racismo, do sexismo e do patriarcalismo.

Assim, considerando a problemática apresentada, este artigo sugere investigar como o processo autorrepresentação, na produção literária, corresponde a uma militância aos determinantes sócios-históricos das mulheres negras consideradas subalternas. Em seguida, serão analisados os escritos retratados na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, a fim de reconhecer os aspectos interseccionais e decoloniais. Por fim, verificar através dos estudos da interseccionalidade e da decolonialidade elementos similares na abordagem da temática da mulher negra que pode ser identificada tanto na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, como na realidade contemporânea das organizações brasileiras.

Propõe-se neste estudo uma ampliação do debate do quanto à interseccionalidade, num processo histórico, que reverbera nas empresas e nas relações sociais tem efeitos de uma colonialidade continuada. Identifica-se, assim, uma contribuição para os Estudos Organizacionais, quando se transporta para este campo de estudo a temática da interseccionalidade e da decolonialidade como parte de uma agenda que pretende (re)pensar as relações sociais e a posição da mulher negra nas empresas contemporâneas.

Trata-se de um estudo qualitativo, com enfoque exploratório e explicativo, utilizando como meios de investigação a pesquisa documental, que compreende a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, e pesquisa de campo, considerando os relatos das entrevistadas que são mulheres negras que trabalham em empresas multinacionais. Através deste processo metodológico, buscou-se encontrar evidências nas transcrições do texto as categorias emergidas do referencial teórico (Mayring, 2002).

O artigo foi dividido em seções, contemplando a introdução e as considerações finais. Na segunda, terceira e quarta seção consta o referencial teórico, composto pela abordagem das mulheres negras e os desafios enfrentados nas organizações, a breve apresentação sobre a escritora Carolina Maria de Jesus e a explanação sobre os fenômenos da colonialidade, do pós-colonialismo, da decolonialidade e da interseccionalidade. Na quinta seção foram apresentados os procedimentos metodológicos. Quanto a sexta seção, encontram-se apresentação e análise dos dados da pesquisa realizada.

Mulheres negras e os desafios nas organizações

Nesta seção apresenta-se uma abordagem da percepção das desigualdades que as mulheres negras enfrentam nas organizações, que ainda é pautada por valores sexistas, racistas e patriarcalistas. Refletir sobre essa realidade colabora para uma importante agenda de debate sobre a diversidade nas organizações.

A participação das mulheres nas empresas evidencia as desigualdades identificadas no mercado de trabalho, que permeia valores patriarcalistas, racistas e sexistas. É nas empresas que é possível perceber uma reprodução do racismo institucional, que influenciam os processos de recrutamento e seleção. Assim, Coutinho, Costa e Carvalho (2009, p. 30) lembram que

“vivemos numa sociedade em que a cor e/ou a raça e/ou a etnia constituem-se como poderosos mecanismos de estratificação social”.

Segundo Gouvêa, Santos e Paniza (2019, p. 125.12) as “mulheres brancas e negras ocupam posições diferenciadas, fruto de uma sociedade que ainda precisa se reconhecer segregadora”. É por meio da construção da identidade da mulher negra na sociedade brasileira que se pode reconhecer os marcadores sociais como indicadores dos lugares onde essas mulheres devem estar.

Vale ressaltar que o reflexo das relações sociais do período colonial influenciou no reconhecimento das mulheres negras somente como mulatas, domésticas/mucamas e mães negras/babás (Gonzalez, 1984). Qualquer outro lugar a elas seria negado. Por essa razão, é fundamental enfrentar as desigualdades geradas pela hegemonia patriarcal, sexista e racista (Carneiro, 2019).

Atribui-se à colonialidade de gênero essa forma de determinismo sobre a vida da mulher negra. A inferiorização de todo e qualquer padrão, que não fosse o eurocêntrico (Lugones, 2008), refletiu historicamente na formatação da estereotipagem da mulher negra. Desta forma, a colonialidade introduziu uma classificação social (pelo conceito de raça) e estruturou o sistema de trabalho (escravagista), renegando a produção de conhecimento ao indivíduo que não fosse o europeu.

Esse retrato da marginalização da mulher negra suscitou inúmeros movimentos e ações articulados com o intuito de reivindicar direitos de inclusão no mercado de trabalho, além do acesso à saúde, educação, cultura e o respeito às práticas religiosas de matriz africana. Sendo assim, Ribeiro (2008, p. 988) lembra que “as mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da ‘mãe preta’”.

Assim, o engajamento dos projetos e dos movimentos feministas apresentavam como agenda de debate uma superação das desigualdades e das indiferenças sobre as questões de gênero e raça (Ribeiro, 2008) que refletiam na vida da mulher negra. Portanto, é necessário repensar essas indiferenças nas oportunidades que são ofertadas às mulheres negras, eliminando esse sistema de gênero opressivo que se tornou um mecanismo de exclusão (Lugones, 2008).

Conforme lembra Coutinho, Costa e Carvalho (2009, p. 32), “as mulheres negras são duplamente marginalizadas no mercado de trabalho”, ou seja, são alijadas por serem *mulheres* e *negras*. Essa realidade explica porque identificamos a maior concentração das mulheres em serviços domésticos. Consequentemente, pensar sobre a interseccionalidade e suas respectivas consequências é evidenciar e promover (Akotirene, 2019).

Observando a realidade das empresas privadas no Brasil, é inevitável reconhecer a falta de diversidade, principalmente da população negra, que tem menor representatividade (Gouvêa *et al*, 2019). Segundo Akotirene (2019, p. 62) “as mulheres negras se veem diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições públicas e privadas por lhes negarem primeiro trabalho e, depois, o direito humano de serem reclamantes das discriminações”.

Portanto, é fundamental promover a diversidade nas organizações, equidade salarial e ascensão da carreira da mulher negra. Gouvêa, Santos

e Paniza (2019, p. 125.4) recordam que “são nas organizações que se materializam os preconceitos enraizados na sociedade”. Para tanto, é preciso adesão da gestão da diversidade nas empresas, na qual possa reter talentos e promover a valorização e o bem-estar das funcionárias.

Segundo Gonçalves, Altoé, Espejo e Voese (2016, p. 96) entende-se a gestão da diversidade como “uma ferramenta importante para as empresas, pois valoriza e promove o bem-estar ao colaborador, além de reter talentos e favorecer o sucesso organizacional”. Portanto, é fundamental promover a diversidade nas organizações e colaborar no incentivo ao respeito mútuo.

Convém lembrar que foi nos anos de 1990 que a gestão da diversidade foi aderida no Brasil, mediante política pregada pelas empresas multinacionais norte-americanas. A prática desta política possibilitou aumentar a participação de grupos considerados excluídos nas empresas (Teixeira, Oliveira, Diniz, & Marcondes, 2021).

Esta política, conforme recorda Gonçalves, Altoé, Espejo e Voese (2016, p. 97), necessita ser “um instrumento de agregação de valor nas empresas, os talentos e a qualificação profissional devem ser valorizados”. Portanto, são as empresas privadas que no Brasil menos inserem a população negra em seu quadro de funcionários (Gouvêa, Santos, & Paniza, 2019).

É necessário, principalmente, repensar sobre a temática da gestão da diversidade nas empresas privadas, estabelecer ações e promoções voltadas para equidade de gênero (Proni & Proni, 2018), assim como implementar estratégias efetivas no setor privado que possam viabilizar mais contratações de mulheres negras no mercado de trabalho.

Tabela 1: Taxa de participação por faixa etária, segundo sexo e cor/raça (Brasil – 4º trimestre de 2016 em %)

SEXO E COR	FAIXA ETÁRIA							TOTAL
	14-17 ANOS	18-24 ANOS	25-29 ANOS	30-39 ANOS	40-49 ANOS	50-59 ANOS	60 ANOS OU MAIS	
MULHERES NEGRAS	15,4	58,8	67,0	69,5	65,6	49,6	13,7	50,4
MULHERES NÃO-NEGRAS	15,4	64,4	76,6	77,6	72,2	54,3	14,4	53,1
HOMENS NEGROS	22,6	76,3	90,4	91,3	89,1	79,2	32,0	71,5
HOMENS NÃO-NEGROS	20,9	75,9	91,9	94,4	92,8	81,9	35,8	72,7
TOTAL (1)	18,8	68,7	80,7	82,5	79,2	65,2	22,8	61,4

Nota: (1) Total inclui pessoas com cor / raça ignorada.

Observação: Negros: pretos, pardos e indígenas / Não Negros: brancos e amarelos

Fonte: Site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2016¹.

Como pode ser observado na Tabela 1, as mulheres negras possuem a menor participação no mercado de trabalho. Essa realidade demonstra a desigualdade que o sexismo, associado ao racismo, permanece articulando as relações de trabalho. Convém destacar que os negros são também aqueles, no Brasil, recebem os menores salários, representam os maiores números de desempregados e estão em maior proporção na informalidade, além de serem a minoria em cargos de gerência (Pozzobon, 2020).

¹ Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE**, 2016. Recuperado em 15 agosto, 2020, de https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro1_MercadoTrabalho.html

Diante do cenário apresentado na tabela acima, acredita-se que a alternativa das cotas deveria ser prevista em ações adotadas por empresas privadas, como mecanismo de contenção da discriminação no processo de recrutamento e seleção.

Refletindo a questão de gênero nas academias, nota-se que as mulheres representam a maioria nos cursos superiores das universidades públicas e particulares.

Entretanto, as mulheres negras ainda são em menor proporção quando comparadas às mulheres brancas. Como lembra Veiga (2020, p. 20) “é importante situar que historicamente mulheres negras estiveram ausentes ou foram invisibilizadas na produção acadêmica e literária”.

Vale lembrar que a acessibilidade das mulheres negras aos espaços acadêmicos, por meio do programa de cotas instituído por políticas governamentais, representou uma grande conquista. Esse êxito é fruto da militância genuína das mulheres amefricanas, assim chamadas por Lélia Gonzalez (1984). Essas mulheres negras acadêmicas são filhas e/ou netas daquelas que incansavelmente lutaram pela representatividade nos ambientes de trabalho que não fossem de doméstica ou babá, por acesso à educação e à saúde (Veiga, 2020).

Recorda-se que no Brasil a política governamental de cota racial adotada é restrita somente ao acesso às universidades. Logo, uma vez que estejam qualificadas, essas profissionais recém-formadas enfrentam o grande desafio da inserção no mercado de trabalho, ainda predominantemente racista (Silva, 2019). Portanto, promover uma reflexão sobre feminismo negro no Brasil, atualmente, torna-se um assunto imprescindível.

■ Carolina Maria de Jesus: a invisibilidade retratada

Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade mineira de Sacramento, em 14 de março de 1914. Filha de pais analfabetos, a escritora mineira iniciou seus estudos em 1921, no Colégio Allan Kardec. Seus dois únicos anos de estudo regular foram custeados por Maria Leite Monteiro Barros, para quem a mãe de Carolina Maria de Jesus trabalhava como doméstica.

Num ambiente tão desfavorável para negros e pobres, como era a realidade brasileira, Carolina Maria de Jesus vivenciou duas experiências traumáticas na sua própria cidade natal. A primeira, quando foi presa por falsa acusação de roubo na casa paroquial, onde trabalhava como doméstica. Após o padre ter encontrado o dinheiro exatamente onde havia deixado, Carolina Maria de Jesus foi libertada sem qualquer pedido de desculpas. Quanto à segunda fatídica lembrança, vivenciou a respectiva injustiça junto da sua mãe na prisão. Acusada de estar lendo uma obra de São Cipriano e realizar feitiçarias, mãe e filha ficaram dias presas, sendo torturadas e sem qualquer alimentação.

Em busca de cura para as feridas nas pernas e de progresso para sua vida, Carolina Maria de Jesus foi incentivada pela mãe a ir para São Paulo, logo após ao triste episódio do segundo encarceramento (Farias, 2018).

É na grande São Paulo que Carolina Maria de Jesus tem seus três filhos e torna-se moradora da Comunidade do Canindé, de 1948 a 1960. Atualmente extinta, essa comunidade era um ambiente desprovido de políticas públicas, como retrata a própria Jesus (1993, p. 30) lembrando que “quando estou na favela tenho a impressão de que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”, se referindo à situação de descaso que os moradores sentiam mediante a realidade daquele cotidiano.

Durante esse período trabalhou coletando material reciclado para vender e sustentar a família. Foi assim que encontrou inúmeros cadernos que pudessem ser reutilizados. Esses cadernos viabilizaram o sonho de Carolina Maria de Jesus de escrever o seu diário, que futuramente tornou-se livro (Farias, 2018).

Foi em 1958 que o jornalista Audálio Dantas descobriu Carolina Maria de Jesus e todos os seus escritos. Surpreso com a postura crítica e a denúncia social presente naquela literatura, o jornalista interessou-se pela publicação dos diários. Daquele contato originou-se a publicação do primeiro e grande livro de Carolina Maria de Jesus nomeado de “Quarto de despejo – diário de uma favelada”, em 1960.

O livro foi considerado um best-seller na época, sendo editado várias vezes e traduzido para 13 idiomas e comercializado em 40 países (Coronel, 2011). Vale ressaltar que, em agosto de 1960, o jornal Folha de São Paulo evidenciou que o “Quarto de despejo – diário de uma favelada” ocupou o primeiro lugar da lista dos livros mais vendidos no Brasil².

Carolina Maria de Jesus publicou outros livros: “Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada” (1961), “Provérbio” (1963), “Pedaços da fome” (1963) e “Diário de Bitita” (1982, póstuma). Também escreveu peças de teatro, letras de música e gravou-as (Farias, 2018).

É a partir da publicação do seu diário que Carolina Maria de Jesus surge nos meios literários. Como afirma Coronel (2011, p. 64) “a voz do favelado se fazia ouvir pela primeira vez em terreno autoral, o que constituía inegavelmente um nicho novo no mercado literário”. É na sua primeira publicação que a personagem-autora rompe com o silêncio que é destinado aos moradores das periferias, daqueles que são marginalizados e considerados subalternizados, identificando o sujeito pós-moderno que ainda vivenciava as consequências da colonialidade.

Infelizmente, o fracasso da venda dos seus livros posteriores, os quais ela própria financiou, a comprometeu financeiramente. Vale lembrar que o preconceito e a estigmatização, fundamentadas numa historização da imagem da mulher negra, permaneceu, independentemente de Carolina Maria de Jesus ter produzido discursos contra hegemônicos, fazendo-se a própria voz do oprimido.

Foi diante deste cenário e em meio às censuras da ditadura militar, que se mudou para a cidade de Parelheiros (SP), em 1964. Em meio a tantas dificuldades, Carolina Maria de Jesus acabou falecendo no ano de 1977, aos 62 anos de idade e em decorrência de uma insuficiência respiratória (Farias, 2018).

2 SILVA, Walter Nogueira da. Livros Mais Vendidos. **Correio Paulistano**, São Paulo, 13 out. 1960. Plataforma de Espera, p. 2.

Após 60 anos de publicação, completados no ano de 2020, o livro “Quarto de despejo – diário de uma favelada” se mantém atualíssimo com as temáticas abordadas, repercutindo a força do discurso de Carolina Maria de Jesus, que buscou meios para falar e ser ouvida.

■ Quadro teórico

Desse modo, pretende-se com este capítulo apresentar uma abordagem das investigações e dos pensamentos sobre modernidade / colonialidade, do estudo subalterno, da decolonialidade e da interseccionalidade, a fim de colaborar com a construção de um estudo que reconheça a importância desta discussão para os estudos organizacionais.

Sendo assim, esta seção encontra-se dividida em quatro partes: a primeira compreende revisão dos conceitos da modernidade / colonialidade, do estudo subalterno e decolonialidade; na segunda parte define-se a temática da interseccionalidade, reconhecendo-a como um sistema de (re) produção das desigualdades estruturais vivenciadas pelas mulheres nas organizações. Por fim, é apresentada a literatura sobre Carolina Maria de Jesus sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais e da decolonialidade.

Abordagem: modernidade, colonialidade, estudos subalternos e decolonialidade

É na formação do povo brasileiro que se identifica a influência ideológica eurocêntrica. O predomínio dessa concepção ideológica legitimou a perspectiva da identidade racial (Quijano, 2005). Cabe registrar que essa forma de dominação estruturou o sistema de poder, as relações, o sistema econômico, a cultura e os marcadores sociais.

O fenômeno da modernidade/colonialismo e da colonialidade permearam o processo da construção social e econômica brasileira, estabelecendo uma predominância imperialista da cultura europeia, em degradação de qualquer outra forma de cultura existente. Segundo Grosfoguel (2009, p. 393), a “colonialidade não é o mesmo que dizer colonialismo. Não se trata de uma forma decorrente nem antecedente da modernidade. Colonialidade e modernidade constituem duas faces de uma mesma moeda”.

Sendo modernidade e colonialidade aspectos do mesmo fenômeno (Wanderley & Barros, 2019) cabe destacar as diferenças entre ambos os conceitos. A colonialidade seria uma continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o seu término. Vale lembrar que Mignolo (2017, p. 2) ressalta que “a ‘colonialidade’ é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990”.

Assim, modernidade/colonialismo foi uma relação de poder e dominação imperialista europeia na história. Quanto à colonialidade, Santos (2018, p. 79) lembra que este fenômeno “inaugurou uma categoria nova de opressão e anulação do Outro, a étnico-racial que marca um modo de exclusão”. Portanto,

Quintero, Figueira e Elizalde (2019, p. 6) enfatizam que “o colonialismo como fenômeno histórico precede e origina a colonialidade enquanto matriz de poder, mas a colonialidade sobrevive ao colonialismo”.

Desta forma, a modernidade/colonialismo evidencia uma relação de dominação colonial europeia. Esse vínculo de predomínio sobre o “outro”, ou seja, os povos africanos e indígenas colonizados, evidenciou a posição de subalternidade na estrutura social.

Conforme lembra Costa (2015, p. 150) “os lugares e papéis sociais dos homens e das mulheres brancas, bem como de homens e mulheres negras e indígenas estavam fixados”. Logo, essa primeira forma de marcador social estabeleceu o conceito de identidade racial como um instrumento para a classificação social da população e do trabalho, por meio dos parâmetros raciais/étnicos (Quijano, 2009).

Os estudos subalternos emergem do movimento do pós-colonialismo direcionado para as reflexões quanto à problemática das narrativas relacionadas sobre os povos colonizados e a sua representatividade, ao passo que propõe uma ruptura com os fundamentos da colonialidade (Pezzodipane, 2013). Assim, as raízes dos estudos subalternos surgiram de pensadores indianos que refletiam, principalmente, sobre a independência da Índia no ano de 1947 (Wanderley & Barros, 2019).

Convém lembrar que esse movimento teve como uma das suas principais representantes Gayatri Chakrabarty Spivak, que ao publicar em 1985 sua obra de maior destaque denominada *Pode o subalterno falar?* torna-se o cânone do pós-colonialismo. Nesta obra, Spivak (2010) sugere um discurso sobre como se representa a problemática de pessoas de uma classe superior, ao propor interpretar de forma igualitária grupos inferiores, uma vez que são acentuadas as diferenças de classes (Silva & Oliveira, 2018).

Desta forma, apresenta-se como um conjunto de contribuição teórica, que por intermédio da produção literária e cultural, propõe, a partir da segunda metade do século XX, criticar as concepções dominantes da modernidade, as quais reconhecem que o antagonismo presente nas relações sociais impede o colonizado de ser quem ele mesmo é (Ballestrin, 2013). Sua voz é anulada e não reconhece a própria liberdade existencial, pois vive exclusivamente para atender o interesse do colonizador (Santos, 2018).

Segundo Spivak (2010, p. 85) “no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. Para tanto, os estudiosos reafirmavam a necessidade da superação da estrutura dominante, a qual impedia o outro, caracterizado como subalterno, de poder falar e, conseqüentemente, de ser ouvido na sociedade.

Assim, essa violência epistêmica reforça o processo de opressão, enquanto nega a existência e a subjetividade do outro (Silva & Oliveira, 2018). Convém lembrar que essa perspectiva de estudo busca a necessidade de transcender epistemologicamente ao cânone ocidental (Grosfoguel, 2009).

Segundo Mignolo (2017, p. 10) a “opção decolonial é o projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade”. É um movimento de resistência no qual se propõe superar o padrão de poder instaurado pela modernidade/ colonialidade.

Sendo considerado um movimento denominado *pós do pós-colonialismo* (Costa & Grosfoguel, 2016), a decolonialidade visa construir um espaço inovador para os pensamentos e reflexões, destacando-se através de um projeto geopolítico e geoeistêmico (Abdalla & Faria, 2017).

Acredita-se que uma proposta transmoderna e descolonizada contribuiria como uma alternativa para a construção de uma consciência da intersubjetividade, das lutas sociais e da corporalidade do sujeito considerado subalterno. É através dessa alternativa que se propõe criar espaço para se (re)pensar os anseios do outro, considerado por Dussel como o oprimido (Misoczky & Camara, 2015).

Considerando ainda abordagem anterior, Abdalla e Faria (2017, p. 923) sugerem que a “decolonialidade é uma opção que pode se transformar em universal por meio da transmodernidade e do engajamento de população”. Assim, seguindo a proposta de Enrique Dussel, é fundamental trazer a constituição do “outro” para o cerne do contexto do discurso.

É nessa concepção que todo o processo tende a se modificar, trazendo a realidade de uma sociedade mais plural, na qual é essencial descolonizar o pensamento e os locais de fala, em que o “outro” não pode mais ter sua existência condenada (Santos, 2018).

Desta forma, observa-se a necessidade de uma agenda que valorize estudos e pesquisas transmodernas e decoloniais na área da administração/gestão, uma vez que são fundamentais para legitimar e disseminar conhecimentos mais genuínos, considerando a reafirmação identitária e a pluriversalidade cultural predominante.

Por essa razão, embora as perspectivas decoloniais e pós-coloniais possam ser consideradas complementares, a proposta decolonial é um caminho alternativo por se tratar de uma geopolítica de conhecimento inerente à América Latina (Wanderley & Barros, 2019).

Portanto, a necessidade de criar espaços de visibilidade para os subalternizados na proposta do movimento decolonial é uma oportunidade para a construção do conhecimento e do espaço epistemológico dos invisibilizados.

Interseccionalidade: a desigualdade latente nas relações estruturais e sociais

O surgimento dos estudos que refutam os paradigmas hegemônicos responde à necessidade de rever e questionar um conjunto de conceitos definidos e reverberados ao longo da história. É neste sentido que se identifica a sobrevivência da colonialidade tão presente nas relações, nas estruturas sociais e no senso comum dos países latino-americanos.

Por essa razão é importante estabelecer um diálogo transdisciplinar que abrange as especificidades e singularidades dos considerados *Outros* (Ibarra-Colado, 2006), que não são contemplados pelo *mainstream* (Silva & Oliveira, 2018).

A perspectiva dos movimentos feministas possibilitou uma compreensão sobre as múltiplas opressões vivenciadas ao longo do tempo. Dentre os

marcadores sociais, a cor continua sendo considerada como um ferrete que marca a pele e a classifica, identificando o negro e a negra como procedentes da senzala (Streva, 2016).

Como lembra Maldonado-Torres (2016, p. 93) “o sujeito moderno aparecerá sempre localizado em relação à cor”, essa colocação descreve que os efeitos gerados pela colonialidade do ser, do poder e de gênero influenciaram o processo de redução das pessoas, tornando-as desumanizadas.

Assim, em 1970 surgiram os chamados Estudos de Gênero que apresentaram questionamentos sobre as desigualdades entre homens e mulheres tão evidenciados nos discursos e no cotidiano. Essas contestações encontraram nos ambientes acadêmicos e nos movimentos feministas um estímulo para as argumentações e debates interdisciplinares (Machado, 2017). A institucionalização e a militância dos movimentos coletivos feministas, em todas as suas fases, convergiram para um feminismo plural (Alvarez, 2014). Essa foi uma questão primordial para a adesão e disseminação do que se chamaria feminismo interseccional.

Interseccionalidade compreende um estudo que analisa como interconectadas características de raça, classe, etnia e gênero, podendo atuar como um sistema de opressão e segregação nas relações sociais (Crenshaw, 2002). Mesmo sendo um termo criado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, as ações com aspectos racistas, sexistas e patriarcalistas já eram discutidas anteriormente pelos movimentos feministas (Alvarez, 2014).

A filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez foi uma grande ativista e precursora do feminismo interseccional no Brasil, pois questionava a colonialidade de gênero tão presente na vida das mulheres negras. Desta forma, entende-se que a temática de gênero passou a considerar a combinação de outros critérios de diferença social, como a classe e a raça, para entender as desigualdades sofridas pelas mulheres, principalmente pelas que eram negras (Carneiro, 2003).

Convém ressaltar que desde a abolição as mulheres negras reivindicam acesso às melhores oportunidades de trabalho, de estudo, de salário e de respeito pelas suas características físicas (Figueiredo, 2018). Essas contestações encontraram nos ambientes acadêmicos e nos movimentos feministas um estímulo para as argumentações e debates interdisciplinares (Machado, 2017).

Desta forma, Silva e Oliveira (2018, p. 10) acrescentam que “a mulher de cor traz em si todas essas opressões e eles são determinantes nas suas vidas e nos seus processos identitários”. Uma espécie de determinismo social, referente às questões de gênero, transcorreram historicamente, acentuando as desigualdades e a violência contra a imagem das mulheres negras, principalmente sobre seus corpos (Bambirra & Lisboa, 2019).

Sobre essa análise, Akotirene (2019, p. 97) complementa afirmando que “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas”. É necessário analisar e dimensionar como a combinação dessas características produzem experiências e moldam uma série de significados que são (re)produzidos e mantidos no senso da sociedade, a fim de garantir as hierarquias raciais e a existência da discriminação (Mills, Hendricks, Mills, & Deal, 2020).

Em relação a essa questão é através de uma abordagem decolonial como uma alternativa para os estudos organizacionais que Teixeira, Oliveira e Mesquita (2019, p. 7) reafirmam que “uma das indicações feitas para a efetividade dos estudos interseccionais que possam ser convertidos em práticas, independente do objeto de análise, é de usar as categorias como marcadores de desigualdades”. Desta forma, o reconhecimento da temática da interseccionalidade resulta na possibilidade e contribuição para uma proposta decolonial.

Rosa (2014, p. 256) lembra que “os estudos organizacionais no Brasil têm se colocado de maneira deslocada nesse debate”, uma vez que ainda existe uma predominância do mito da democracia racial negando a existência do racismo e das desigualdades sociais.

Um consenso comum no campo dos estudos organizacionais é que um caminho para a pesquisa interseccional é analisar os impactos de tais categorias na estrutura organizacional e de trabalho e no cotidiano organizacional de modo atrelado a aspectos identitários, enquanto não se perde de vista a relação dessa dimensão intraorganizacional e do mundo do trabalho com o contexto social externo que é estruturante das relações e posições sociais (...). (Teixeira, Oliveira, & Mesquita, 2019, p. 6).

Em relação à questão do ser mulher, numa sociedade ainda configurada como patriarcal, observa-se que é crescente a participação feminina. Contudo, os cargos ocupados e as remunerações encontram-se em defasagem, quando comparadas aos dos homens.

Essa realidade torna-se mais adversa quando considerada a temática da interseccionalidade. Portanto, entende-se que existem barreiras quanto à criação da igualdade nas organizações de trabalho no Brasil, principalmente quando relacionados aos aspectos corporais (Teixeira, Silva, & Mesquita, 2020).

Em consequência disso, nota-se que as características físicas são interpretadas como símbolos determinantes da diferenciação de um grupo. Para esses aspectos peculiares da raça negra observados e vinculados de forma discriminatória, denominou-se como preconceito de marca (Rosa, 2014).

Numa sociedade predominantemente patriarcalista, questões como cargo e remuneração nas empresas são adversas para mulheres, principalmente quando são negras. Segundo Teixeira, Silva e Mesquita (2020, p. 251), “ainda que mulheres negras consigam ocupar espaços, estes ainda oprimem suas identidades racializadas”. Ou seja, nota-se que as características físicas são interpretadas como símbolos determinantes da diferenciação de um grupo.

Mesmo diante do reconhecimento quanto ao nível de empenho e responsabilidade da mulher na execução das suas atribuições no ambiente de trabalho (Vaz, 2013), é possível observar barreiras raciais, de gênero e de classe ainda existentes nas organizações e na sociedade que impedem a sua ascensão aos cargos de chefia.

Essas barreiras dificultam discriminadamente o reconhecimento do potencial dessa profissional. Tais evidências impeditivas à ascensão na hierarquia das empresas são conhecidas como fenômeno do teto de vidro (Vaz, 2013). Assim, Rocha, Silva, Sé, Floriano e Melo (2014, p. 7) lembram que “essas barreiras não estão só no topo, mas em toda a trajetória da

carreira feminina. As dificuldades e o preconceito são uma realidade no ambiente profissional”.

Vale ressaltar que a invisibilidade imposta pelo fenômeno do teto de vidro configura as relações estruturais presentes e influentes na sociedade e nas empresas. Logo, cabe registrar que essas formas de barreiras evitam, principalmente, de as mulheres negras ascenderem aos cargos de chefia e, conseqüentemente, à sua equiparação salarial com homens que desempenham e ocupam os mesmos cargos. Portanto, constata-se que o ambiente organizacional permanece sexista, racista e patriarcalista.

Literatura sobre Carolina Maria de Jesus com abordagem pós-colonial e decolonial

Carolina Maria de Jesus é um exemplo emblemático no Brasil, especialmente quando se refere à militância da mulher negra, que através do recurso da escrita, buscou legitimar a sua voz na construção de uma literatura marginal. Ademais, por meio desses elementos, foi possível avançar as fronteiras impostas aos considerados subalternos e reconstruir uma identidade, antes invisibilizada ao longo da história pelas forças opressivas da colonialidade.

É importante destacar Carolina Maria de Jesus foi moradora de uma comunidade totalmente desamparada pelas políticas públicas e repudiada por valores hegemônicos eurocêntricos, os quais inferiorizam e desqualificam qualquer formação de pensamento e conhecimento que não fosse proveniente do sujeito branco. Por essa razão, discutir os estudos organizacionais é reconhecer que a inclusão global não deve eliminar as particularidades de cada realidade local (Ibarra-Colado, 2006).

Através das obras de Carolina Maria de Jesus, que escreveu romances, poesias, e também compôs e gravou músicas, é possível observar uma proposta de ressignificação do sujeito, que a partir da perspectiva da colonialidade, encontra-se na subalternidade. Silva e Oliveira (2018, p. 11) lembram que “no caso de mulheres em posição de subalternidade, implica na manutenção do status de silenciamento do outro”, que possui uma articulação entre o sexismo, o patriarcalismo e o racismo.

Ser protagonista da sua própria história por meio da literatura, conseguindo produzir conhecimento e ser ouvida pela sociedade, mesmo enfrentando questões da interseccionalidade, foi uma tentativa de romper fronteiras. Portanto, é necessário iniciar uma verdadeira transformação, reconhecer a relevância do espaço geopolítico como um lugar de enunciação (Ibarra-Colado, 2006).

Foi com a publicação da sua primeira obra que a autora-personagem relata suas inquietações e os seus descontentamentos causados pelas condições impostas pela marginalidade designada aos moradores da Comunidade do Canindé. Segundo Rosa e Alcadipani (2013, p. 188) “os problemas sociais herdados do colonialismo ainda estão presentes na sociedade brasileira”, assim as reflexões sobre as condições humanas identificadas no “Quarto de despejo: diário de uma favelada” enquadram a

ausência das políticas públicas, a miséria e a evidência da interseccionalidade como temas que transcorrem ao longo da narrativa.

Vale destacar que Carolina Maria de Jesus seguiu na contramão da perspectiva da colonialidade. Na realidade, é na colonialidade que se origina uma categoria nova de opressão e anulação do “outro”: a étnico-racial, que marca um modo de exclusão do padrão não-europeu (Santos, 2018). A autora-personagem encontrou meios para “falar” e ser “ouvida”, renegando permanecer subalterna e ter a sua capacidade intelectual e subjetiva obliterada.

Desta forma, nota-se que a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” configura um espaço concedido pela literatura para ampliar a reflexão sobre a temática da identidade cultural e social da mulher negra e das condições de moradia na periferia.

Por isso, como enfatizam Abdalla e Faria (2017, p. 926) é imprescindível a construção de “uma agenda ‘positiva’ engajada com a concepção de saberes, preocupada com a resolução de problemas, e que possa propiciar benefícios amplos, sobretudo às sociedades periféricas e semiperiféricas”, colaborando para um discurso reflexivo e transmoderno. Desta forma, reconhece que a produção literária desta autora significou a possibilidade de a mulher negra não ser mais tipificada como a doméstica, exclusivamente.

Tendo em vista os aspectos observados, uma proposta decolonial se apresenta em variados significados advindos das experiências produzidas em espaços e tempos. Logo, a opção decolonial pode ser reconhecida como o caminho no qual narrativas de mulheres negras possam encontrar o seu lugar de fala (Bambirra & Lisboa, 2019).

Um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento. (Ribeiro, 2019, p. 28)

Partindo deste princípio, entende-se que os escritos da autora-personagem Carolina Maria de Jesus retratam a resistência da mulher negra numa sociedade patriarcal, sexista, classista e racista. Como denota Ribeiro (2019, p. 14), “a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências”. Assim, o espaço viabilizado através da literatura é a oportunidade de fortalecer os movimentos de resistências contrários à transcendência da colonialidade.

Como lembra Dussel (1993), transcender a modernidade é buscar um processo que o “outro” possa ser compreendido na sua subjetividade, sem a interpelação do eurocentrismo. Assim, a transmodernidade é contemplar na sua abordagem temas como a periferia colonial, a mulher, as etnias, as raças e as classes, antes negada pela modernidade.

No que se refere à proposta decolonial, é possibilitar uma abertura crítica às fronteiras discursivas, antes historicamente inviabilizadas, assim como às consequências da colonialidade. Sendo assim, entende-se que os escritos de Carolina Maria de Jesus configuram um espaço que afirmam a sua vivência, negada pela colonialidade. É nesse espaço crítico que a autora-personagem retrata a resistência da mulher negra na sociedade ainda predominantemente patriarcal, sexista e racista.

É deste modo e partindo desse princípio que Carolina, mulher, negra, mãe solteira, periférica, torna-se objeto de estudo para um novo modo de se fazer história, o de um olhar interseccional, abrangendo aspectos considerados, até então, pouco importantes para a formação da figura tomada como subversiva durante o período ditatorial. Não é à toa que Carolina fosse considerada uma ameaça à naturalidade do projeto desenvolvimentista. Sua ascensão social por meio de um ato não designado ao subalterno, o de falar, narrar experiências próprias, movimenta toda uma classe, a classe majoritária, quantitativamente falando. (Oliveira & Sousa, 2018, p. 17)

É através da articulação entre as duas teorizações, pós-colonialismo e decolonialidade que se identifica a urgência das condições necessárias para que o considerado subalterno possa falar, ser ouvido e, mais do que isso, ser compreendido nas suas individualidades. Superar as dimensões da marginalização são ações importantes que possibilitam e cooperam na descaracterização do ser subalterno e, conseqüentemente, assumem um lugar de fala (Silva & Oliveira, 2018).

■ Procedimentos metodológicos

Metodologicamente, este estudo tem uma abordagem qualitativa com enfoque exploratório e explicativo. Sendo assim, através de uma análise documental e de campo, o respectivo estudo selecionou dois sujeitos de pesquisa: mulheres negras que trabalham em empresas multinacionais e a obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, escrito por Carolina Maria de Jesus.

Foram entrevistadas 11 mulheres negras, que possuíam formação superior completa ou em processo de conclusão. Infelizmente o número de entrevistadas foi pequeno devido à quantidade de profissionais mulheres negras que foram encontradas nas empresas multinacionais. Como um dos critérios de seleção, as entrevistadas deveriam ser contratadas por empresas multinacionais localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

As empresas não foram selecionadas segundo algum critério de atuação específico no mercado. Habitualmente, as empresas multinacionais declararam seguir a prática da gestão da diversidade. No entanto, somente cinco empresas afirmaram ter esta política implantada.

Vale destacar que o respectivo processo de seleção não considerou as especificidades dos cargos e das funções desempenhadas. É necessário informar que tanto as entrevistadas quanto as empresas tiveram as identidades preservadas, sendo nomeadas como: Entrevistada-1, Entrevistada-2, Entrevistada-3, Entrevistada-4, Entrevistada-5, Entrevistada-6, Entrevistada-7, Entrevistada-8, Entrevistada-9, Entrevistada-10 e Entrevistada-11.

As empresas foram representadas como: A, B, C, D, E, F, G, H e I. Convém salientar que as empresas não foram selecionadas conforme um segmento de atuação específico. Quanto à prática da gestão da diversidade nas empresas em que as entrevistadas faziam parte, somente cinco empresas afirmaram ter esta política implantada.

Quadro 1: Perfil das Entrevistadas

Organização Privada	Entrevistada	Idade	Tempo de Contratação	Sector de Atuação	Perfil Acadêmico
A	Entrevistada-1	26	3 anos	Contabilidade	Mestranda
B	Entrevistada-2	37	7 anos	Seguros Corporativos	Mestranda
C	Entrevistada-3	36	10 anos	Advocacia Corporativa	Doutoranda
D	Entrevistada-4	52	5 anos	Financeiro	Pós-Graduada
E	Entrevistada-5	49	15 anos	Controladoria	Pós-Graduada
F	Entrevistada-6	35	12 anos	Financeiro	Graduação
G	Entrevistada-7	38	9 anos	Tecnologia	Graduação
H	Entrevistada-8	55	3 anos	Rec. Humanos	Pós-Graduada
I	Entrevistada-9	41	17 anos	Sustentabilidade	Doutoranda
H	Entrevistada-10	37	1 ano e 2 meses	Energia	Graduação
H	Entrevistada-11	26	1 ano	Contabilidade	Graduação

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Adotou-se como procedimento a análise de conteúdo com a intenção de investigar as evidências identificadas na pesquisa realizada. Para tanto, após a leitura do referencial teórico, emergiram categorias a priori, como Colonialismo/Colonialidade, os Estudos Subalternos, a Decolonialidade e a Interseccionalidade, que contribuíram com a formação das consideradas categorias estruturantes ou a posteriori adotadas neste estudo.

Segundo Mayring (2002, p. 114) a análise de conteúdo qualitativa permite “analisar textos de maneira sistemática, por meio de um sistema de categorias, desenvolvido a partir do material e guiado por teoria”. Desta forma, realizou-se uma análise do conteúdo que permitiu interpretar todos os dados adquiridos.

A análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 84).

Partindo desta forma de categorização, analisou-se os conteúdos obtidos nas transcrições das entrevistas fornecidas pelos sujeitos participantes da pesquisa. Em seguida, buscou-se evidências nas transcrições do texto presente na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus.

A compreensão das informações alcançadas neste estudo contribuiu para que fosse possível alocar as transcrições dos textos nas categorias estabelecidas, por meio de uma espécie de agrupamento (Mayring, 2002).

Vale destacar que tanto as entrevistas quanto os trechos do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” serviram como uma ancoragem para estas categorias, visto que representam uma exemplificação da própria categoria (Mayring, 2002). Desta forma, a análise de conteúdo organizada

de maneira categórica possibilitou maior aprofundamento sobre as questões apresentadas nos cenários identificados.

Como estratégia de análise, definiu-se três etapas que auxiliaram na trajetória desta pesquisa. Assim, as etapas ficaram organizadas da seguinte forma:

Quadro 2: Etapas do Processo de Análise

Etapa	Processo de Análise
Primeira	Análise das entrevistas fornecidas pelos sujeitos participantes da pesquisa, com base nas categorias identificadas no referencial teórico deste estudo.
Segunda	Análise dos trechos da obra "Quarto de despejo: diário de uma favelada", segundo as categorias identificadas no referencial teórico deste estudo.
Terceira	Comparar e analisar as evidências encontradas na primeira e segunda etapa, paralelamente. Assim, pretendeu-se investigar as possíveis respostas para os cenários identificados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Assim, à luz de todo o referencial teórico e após análise dos resultados alcançados na terceira etapa do processo, avaliou-se os cenários identificados. Foi verificado se existia continuidade ou descontinuidade, se as questões mudaram de padrão ou se havia novas formas de interseccionalidade.

Quadro 3: Codificação da Terceira Etapa de Análise

Código	Condição/Cenário Identificado
1	Questões permanecem
2	Questões similares que mudaram de padrão
3	Novas questões/Novas manifestações da interseccionalidade
4	Questões resolvidas

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Convém destacar que existe um intervalo de 60 anos da data da publicação da obra "Quarto de despejo: diário de uma favelada", em 1960, e a realização das entrevistas, que aconteceram no segundo semestre de 2020. Essa passagem de tempo permitiu analisar como a representação da mulher negra, através do estudo da interseccionalidade e da decolonialidade, é identificada na contemporaneidade das organizações.

■ Apresentação e análise dos dados

Análise das entrevistas

Nesta etapa são apresentados os resultados das 11 entrevistas realizadas. No entanto, três entrevistadas optaram por responder sozinhas ao roteiro e encaminhar por e-mail, posteriormente. Assim, as demais entrevistas aconteceram através da plataforma digital *Google Meet*.

Colonialidade do Poder

Nesta categoria serão apresentados relatos de algumas das entrevistadas que compartilharam experiências e percepções que denotam aspectos nos quais é possível perceber ainda o predomínio do padrão ancorado na classificação gênero-étnico-racial que controla as estruturas de trabalho.

A presença de negros (homens e mulheres) em organizações internacionais é muito baixa. Para as mulheres, esse número ainda é menos expressivo. Por alguns longos anos, atuei em duas empresas multinacionais. [...] Na empresa, a atuação de engenheiros é muito requisitada, no entanto, a minoria é mulher e, infelizmente, não conheci nenhuma mulher negra no corpo de engenharia. Quanto à minha atuação, sempre percebi que a cobrança era muito maior. Minhas falhas, mais relevantes. Minha vestimenta era mais observada e sempre havia uma desconfiança quanto à capacidade de entrega de resultados. Muitos, sem mesmo conhecer a minha bagagem profissional e dedicação, relutavam em confiar no meu trabalho. Para muitos, a mulher negra não é capaz de assumir posições estratégicas nas organizações (Entrevistada-2).

A Entrevistada-2 descreve que as questões raciais e de gênero estão entrelaçadas dentro da cultura e concepções organizacionais, visto que ela denota o quanto era perceptível a divergência no tratamento recebido, uma vez comparado às demais colaboradoras.

Conforme Silva (2019, p. 401) evidencia, “o racismo é produzido e reproduzido de forma implícita, em um discurso eufemizado que naturaliza as diferenças e visa justificar as hierarquias e opressão”. Essa ausência de iniciativas não favorece a democratização aos acessos às oportunidades do mercado de trabalho.

Colonialidade do Ser

Seguindo a categorização proposta, a experiência de ser mulher, principalmente na condição de negra, relaciona-se historicamente à imagem formada a partir da identidade inferiorizada, hipersexualizada e subalternizada provocada pelos efeitos da colonialidade. Assim, é necessário refletir sobre a construção da identidade e as estruturas sociais, para que se possa deixar de predefinir as mulheres negras aos lugares que historicamente lhes eram destinados (Gonzalez, 1984).

Sim. Infelizmente ainda é assim. Já vivenciei situações em que colegas, nada íntimos, fizeram brincadeiras/piadinhas de cunho sexual, que certamente não fariam com uma mulher branca. O entendimento de muitos homens brancos é que a mulher negra é fácil de ser levada para a cama. (Entrevistada-2).

Como pode ser observado, as relações e os discursos carregados de elementos característicos da colonialidade sustentam um padrão incisivamente eurocêntrico, no qual erotizam e objetificam os corpos das mulheres negras.

Sim, porém fora do ambiente corporativo. Já passei por algumas situações constrangedoras em relação ao meu cabelo crespo, por exemplo: “Por que você não faz uma escova no seu cabelo?”, “Você vai sair com o cabelo dessa forma?” e outras. (Entrevistada-11).

A narrativa acima revela uma das rejeições mais recorrentes que algumas mulheres negras sofrem em relação às suas características fenotípicas. A Entrevistada-11, por exemplo, cita comentários desagradáveis e preconceituosos que escuta no seu cotidiano.

Lugar Epistêmico e Lugar Social

A temática do lugar epistêmico e do lugar de fala na sociedade sugere refletir sobre pautas femininas que lutam por romper barreiras, conquistar espaços e oportunidades, visibilizar e humanizar as mulheres, principalmente as negras, em cenários onde o racismo, o sexismo e o patriarcalismo são predominantes.

A discriminação marginaliza e inviabiliza as vozes das mulheres negras. A desigualdade estabelecida sustenta a posição subalterna de muitas mulheres que estão no mercado de trabalho, favorecendo os efeitos de uma colonialidade continuada.

Não...não tem. Não tem nenhum canal que se possa levar questões, não...não...Nossa! Se não houver uma mobilização de nós por nós mesmos, impossível o escritório adotar qualquer coisa. O escritório nunca vai fazer...nunca. (Entrevistada-3).

Nos trechos das entrevistas supracitados percebe-se ainda que o privilégio epistêmico permanece historicamente fundamentado no padrão eurocêntrico e moderno.

“Sim. Mulher negra só tem eu. Como sou da parte financeira/contábil eu acabo tendo que falar. Então, lá não tem esse problema” (Entrevistada-4). Quando questionada sobre o seu espaço de fala na organização, a Entrevistada-4 relatou que conseguia se expressar e ser ouvida principalmente por ser responsável por parte da gestão financeira/contábil. No entanto, ela é a única funcionária negra dentro da realidade de uma empresa multinacional. Neste caso, observa-se que essa experiência representa uma realidade singular.

Teto de Vidro

O desempenho da função gerencial para as mulheres nas organizações implica um desafio de conciliar a vida pessoal e a vida profissional, além das barreiras predeterminadas que as inviabilizam na ascensão aos cargos gerenciais e estratégicos nas empresas.

Ascensão sim. Eu percebi, passei a perceber nos últimos anos, principalmente na minha área de recursos humanos. Eu acho que é uma área onde a maioria é feminina, a maioria na posição de gestão sim. No caso de mulheres negras, muito timidamente também. Eu acho que tem um outro ponto também que é a busca pelo desenvolvimento. [...] Eu acho que, primeiro, o interesse pelo desenvolvimento. Tem a questão financeira, mas hoje a gente já tem muito mais programas, incentivos pra gente estudar. [...] Hoje, temos um incentivo maior para o estudo. (Entrevistada-8).

A Entrevistada-8 declara que tem observado, mesmo que sutilmente, uma ascensão das mulheres negras. Para tanto, alega que o conhecimento e o incentivo aos estudos contribuem para a mudança deste cenário. Afirma que percebe essa realidade no setor de Recursos Humanos, que tradicionalmente é coordenado/liderado por mulheres na maioria das empresas.

Falando até por mim, que não almejo um cargo de liderança, mas tenho um posto de liderança reconhecido pelos pares. E não vejo uma dificuldade de vir a ser uma líder no futuro porque entendo que há oportunidades, entendo que há um movimento da empresa. Não é fácil, pois ainda tem raízes muito fortes masculinas, culturais da empresa. (Entrevistada-7).

Conforme a própria Entrevistada-7 assegura, mesmo que haja um reconhecimento nato dos seus pares quanto ao estilo de liderança no cotidiano organizacional, as transformações necessárias para a promoção das mulheres negras aos cargos estratégicos ainda encontram barreiras, necessitando, assim, de uma mudança na cultura organizacional (Vaz, 2013).

Interseccionalidade / Colonialidade de Gênero

É nesta categoria que é possível compreender que o conceito de interseccionalidade passa a ser uma ampliação de estudos e conhecimentos produzidos pelos importantes movimentos feministas que debatiam sobre os marcadores sociais de raça e gênero, que marginalizavam as mulheres negras.

Além de alguns olhares desaprovadores, já passei por situações em que os próprios gestores desacreditavam do meu potencial profissional. A resposta a esse tipo de situação é estudar sempre, trabalhar e mostrar resultado pois, infelizmente, as mulheres negras, que atuam em posições fora das camadas inferiores, são mais cobradas e a luta (no sentido denotativo da palavra) é árdua e diária. (Entrevistada-2).

Porque a princípio o olhar diz muito, né. Você nem precisa abrir a boca, a pessoa já te olha. Será que sabe falar alguma coisa? Será que sabe conversar alguma coisa? Aí a pessoa me colocou numa situação, perguntando: Você estudou? Você teve condições de estudar? Como que você conseguiu pagar a sua faculdade? Seu namorado te ajuda? Sua mãe paga para você? Eu ouvi isso! E isso por acaso foi no almoço da empresa. (Entrevistada-6).

Os questionamentos apontados pela Entrevistada-6 no trecho acima demonstram o quanto, para uma determinada parcela da sociedade, pode representar uma surpresa o fato de uma mulher negra ter uma qualificação profissional. Infelizmente, o acesso ao conhecimento ainda é inatingível à maior parte da população.

A inserção das mulheres negras nas universidades, assim como dos homens negros, passou a ser uma questão necessária para atenuar o mínimo das desigualdades correspondentes aos efeitos da opressão e discriminação (Coutinho *et al.*, 2009).

Decolonialidade

Diante dos reflexos da modernidade/colonialidade na sociedade brasileira encontra-se uma tentativa em superar os padrões eurocêntricos, que constituem uma reivindicação e ressignificação das perspectivas, das relações sociais, no reconhecimento da pluralidade de vozes e da produção de conhecimento.

Sim. Caxias. Caxias é considerada a cidade que tem sempre bandido. [...] Falam assim: 'Mas como você, de Caxias, conseguiu uma vaga aqui na multinacional? Como você saiu do seu bairro e te deram uma vaga de emprego? Como se Caxias fosse o pior bairro do mundo em criminalidade. (Entrevistada-6).

O fato de ser moradora do município de Duque de Caxias (RJ) tornou-se um ponto de julgamento preconizado e mais evidenciado do perfil e capacidade profissional da Entrevistada-6.

Nunca passei por situações de algum colega de trabalho verbalizar insinuações racistas. Entretanto, já vivenciei olhares desaprovadores tão intensos quanto as insinuações racistas propriamente ditas. O fato de ter conseguido me capacitar, vencendo todos os dias os estereótipos delegados às mulheres negras, e de ter tido oportunidades tão importantes, posso considerar uma superação. (Entrevistada-2).

O contexto hostil, por vezes cercado de julgamentos e olhares desaprovadores, acaba por revelar as consequências do colonialismo nas relações sociais, demarcando e oprimindo o “outro”. Portanto, Faria e Abdalla (2017, p. 923) evidenciam a necessidade de rever a “perspectiva do ‘outro’ excluído pelo eurocentrismo”.

Análise da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”

Colonialidade do Poder

Na perspectiva da leitura desta obra, entende-se que o controle sobre as relações sociais era sustentado de maneira impositiva por uma classificação racial. Os marcadores sociais foram historicamente determinantes vitimizando, oprimindo e rotulando as mulheres negras como inferiores e incapazes de desenvolver uma atividade que não fosse impositiva pela classificação racial. Essa ação impositiva permanece retroalimentando o racismo nas estruturas e relações sociais (Reis & Andrade, 2018).

Eu nada tenho a dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho. Mas ela formou o meu caráter (...). (Jesus, 1993, p. 43).

Observa-se no trecho acima que as dificuldades enfrentadas pela autora-personagem impossibilitaram a concretização do seu sonho e da sua mãe. Decerto, as barreiras da classificação racial e as dificuldades ao acesso à educação, principalmente das pessoas negras, foram as principais variáveis determinísticas.

Neste sentido, os lugares sociais de mulheres negras, consideradas subalternas, estavam prefixados na estrutura social. Logo, através deste padrão constituído, as mulheres negras não poderiam ser representadas, reconhecidas, tampouco ouvidas.

Colonialidade do Ser

As consequências da colonialidade do ser impõem sobre os corpos e a vida das mulheres negras uma estereotipagem em torno da mulata, da doméstica e da prostituta. Essa padronização negativa trouxe à mulher negra a inferioridade como ser humano incapaz de exercer atividades que não fossem orientadas pela colonialidade.

- Dona Carolina, eu gosto muito da senhora. A senhora quer escrever muitos livros?
- Oh, se quero!
- Mas a senhora não tem quem te dê nada. Precisa trabalhar.
- Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas.
- Eu vejo que a sua vida é muito sacrificada.
- Eu já estou habituada.
- Se a senhora quiser ficar comigo, eu peço esmolas e te sustento. É de dinheiro que as mulheres gostam (...). (Jesus, 1993, p. 152).

É visível a caracterização objetificada da mulher. Desta forma, é possível perceber que nas relações sociais o efeito da colonialidade está presente nos corpos colonizados, destituído da reflexão existencial.

Ao longo do tempo, as mulheres de cor foram hipersexualizadas, invisibilizadas, subalternizadas e colocadas em patamares onde qualquer proteção e assistência fossem negadas (Lugones, 2008).

Lugar Epistêmico e Lugar Social

É necessário refletir sobre a importância das experiências individuais na construção histórica de um grupo social. Reconhecer esse discurso é identificar a visibilidade do considerado subalterno pela sociedade.

Assumir que um pensamento, uma fala, ou ainda uma experiência tem a sua localidade, que reflete os aspectos culturais e geopolíticos de determinado grupo antes inviabilizado, é avançar na promoção e disseminação dos saberes pluriversais (Faria & Abdalla, 2017).

9 DE AGOSTO Deixei o leito furiosa. Com vontade de quebrar e destruir tudo. Porque eu tinha só feijão e sal. E amanhã é domingo.

... Fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade. (Jesus, 1993, p. 96).

Segundo Spivak (2010, p. 110) “Pode o subalterno falar? (...) A questão da ‘mulher’ parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras”. Assim, retratar a realidade torna-se uma aversão à proposta hegemônica eurocêntrica.

Refletir sobre os lugares periféricos, explorando temáticas relacionadas aos invisibilizados e os seus processos de exclusão, sugere produzir identidades que traduzem uma ótica antes ignorada pelo discurso dominante (Rosa & Alcadipani, 2013).

O João quando retornou-se disse que a reportagem havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luiz emprestou-me dinheiro. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que será que eles escreveram a meu respeito? Quando o João voltou com a revista, li – Retrato da favelada no Diário da Carolina. (Jesus, 1993, p. 150).

Percebe-se que ao admitirem o testemunho de Carolina Maria de Jesus, a revista *O Cruzeiro* viabilizou um caminho, no qual o “outro” passaria a existir, reconhecendo assim o seu espaço social e epistêmico (Santos, 2018). Portanto, ter esse espaço simbolizou a oportunidade de proporcionar a fala de quem de fato vivenciou as condições impostas por uma realidade tão desigual.

Teto de Vidro

A categoria Teto de Vidro é o resultado da ideologia patriarcalista, sexista e racista. É a ideologia estrutural de poder muito presente nas relações de trabalho.

(...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, por que não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadro, O Kubstchek e o Dr Adhemar de

Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (Jesus, 1993, p. 26).

Embora Carolina Maria de Jesus não tenha efetivamente trabalhado numa empresa multinacional, sua reflexão, no trecho acima, denota a consciência quanto à limitação imposta nas reivindicações como cidadã pobre e sem voz nas ações de políticas públicas. Essa conscientização da sua subalternidade reflete a opressão produzida pelo que inviabiliza a superação dos lugares predefinidos pela cultura patriarcalista, sexista e racista.

Interseccionalidade / Colonialidade de Gênero

Sustentado por um discurso de padrão eurocêntrico, esta categoria corrobora para que as mulheres negras estariam designadas a ocupar somente uma determinada estrutura da sociedade. Seriam reservadas para as mulheres negras ou amefricanas, expressão denominada por Lélia Gonzalez (1984), somente as atividades profissionais de doméstica, de prostituta ou de babá. Desta forma, a exclusão à educação, à saúde e melhores condições de vida lhes seriam negadas.

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

— É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. (Jesus, 1993, p. 58).

Com a contribuição dos estudos de Teixeira *et al.* (2020, p. 232), pode-se afirmar que “tanto para homens e mulheres africanos quanto para seus descendentes da diáspora africana, o cabelo está intrinsecamente ligado à identidade cultural, à espiritualidade, à ancestralidade e às noções de beleza”. Para tanto, recorda-se que as experiências sociais, a partir das características do gênero, da raça, da etnia e da classe social, direcionam as particularidades da opressão.

...Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do repórter. Perguntei a Dona Nena se ele esteve aqui. Disse que sim. (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair no dia 10, no *Cruzeiro*. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada. (Jesus, 1993, p. 149).

O conhecimento pode representar ou não um marcador social. No caso da autora Carolina Maria de Jesus, o fato de saber ler e escrever permitiu o seu reconhecimento mediante a comunidade em que morava e, principalmente, a sociedade que a conheceu após a publicação e repercussão do lançamento do seu primeiro livro. Essa notoriedade trouxe a autora-personagem visibilidade e lugar de fala reconhecido.

Decolonialidade

A proposta da decolonialidade sugere transcender a hegemonia epistêmica da Modernidade/Colonialidade. Essa perspectiva decolonial, que sugere um pensamento e um diálogo, seguindo uma proposta da reconstrução da produção de conhecimento através da libertação dos povos

considerados invisibilizados (Ballestrin, 2013), caracteriza uma superação do padrão hierárquico colonial.

...Na redação, eu fiquei emocionada. (...) O senhor Antonio fica no terceiro andar, na sala do Dr. Assis Chatobriand. Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho.

Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no *Diário da Noite* amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando. (Jesus, 1993, p. 152).

A proposta de um diálogo transmoderno resgata a dimensão do reconhecimento quanto à localização geopolítica e geoeistêmica (Costa & Grosfoguel, 2016).

Carolina Maria de Jesus traz um valor descritivo para a sua obra quando sugere a reflexão sobre as experiências humanas de uma realidade sócio-racial da década de 1950. A autora-personagem, considerada uma voz subalterna, se estende além das fronteiras num processo legítimo de construção de um espaço e de diálogos, antes inacessíveis.

Resultados e discussões

A interseccionalidade tornou-se, nos últimos anos, um conceito importante e amplamente propagado pelos movimentos feministas negros, sendo uma temática cada vez mais abordada nos estudos de gestão e organização, atualmente.

Vale ressaltar que este estudo se apoia na proposta sugerida pelo artigo “Intersectionality as a matter of time”, de autoria do sociólogo Albert Mills e demais autores (Mills, Hendricks, Mills, & Deal, 2020), que direcionam uma pesquisa visando historicizar a interseccionalidade e identificar o papel que a história desempenha na formação do processo discriminatório.

Tendo como base a articulação da interseccionalidade e da decolonialidade que orientam este estudo, a análise considerou a influência da Modernidade/Colonialidade na formação das identidades sociais, decorrendo deste processo as desigualdades relacionadas à temática de raça, gênero, classe e etnia.

Sendo assim, foi a partir da perspectiva interseccional de Carolina Maria de Jesus sobre as experiências vivenciadas e impressas no seu primeiro livro que surgiu um esforço para entender a relação da interseccionalidade na década de 1950, ao mesmo tempo que se buscou identificar a discriminação no cotidiano das mulheres negras nas organizações.

Após incorrer às etapas anteriores, foi possível analisar as evidências encontradas e investigar os cenários identificados atualmente, segundo uma codificação proposta. Logo, considerou-se como condição/cenário: questões que permanecem; questões similares e que mudaram de padrão; novas questões ou novas manifestações de interseccionalidade; e, por fim, questões resolvidas.

Questões Permanecem

Partindo do cenário que *questões permanecem*, pode-se apontar nos trechos apresentados e comentados sobre a categoria Colonialidade do Poder, a qual expõe percepções sobre as relações sociais e de trabalho pautadas pela classificação e inferiorização racial.

(...) Quanto à minha atuação, sempre percebi que a cobrança era muito maior. Minhas falhas, mais relevantes. Minha vestimenta era mais observada e sempre havia uma desconfiança quanto à capacidade de entrega de resultados. Muitos, sem mesmo conhecer a minha bagagem profissional e dedicação, relutavam em confiar no meu trabalho. Para muitos, a mulher negra não é capaz de assumir posições estratégicas nas organizações. (Entrevistada-2).

Eu nada tenho a dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho. Mas ela formou o meu caráter (...). (Jesus, 1993, p. 43).

Ao estabelecer uma analogia nos relatos acima, é possível identificar que as pautas permanecem. Que o mecanismo hegemônico de controlar as estruturas de trabalho estabelece uma relação de poder na sociedade, valorizando o patriarcalismo, o sexismo e o racismo.

Outra categoria avaliada refere-se ao Lugar Social e ao Lugar Epistêmico. Para tanto, diante dos cenários apresentados pelas entrevistadas, percebe-se que a realidade de um espaço, no qual é possível falar e ser ouvida, ainda permanece inviabilizado para a maioria das mulheres.

“Não. São ouvidas quando dominam algum processo, mas não são convocadas para reuniões multidisciplinares” (Entrevistada-10). A conquista de oportunidades de trabalho, mas nem sempre a possibilidade de serem ouvidas, de estarem presentes em reuniões, de ascenderem a cargos estratégicos e, quando conseguem o lugar de fala, normalmente o número é muito restrito, são algumas das questões que ainda permanecem e que demonstram uma realidade que necessita ser modificada.

“Sim. Mulher negra só tem eu. Como sou da parte financeira/contábil eu acabo tendo que falar. Então, lá não tem esse problema” (Entrevistada-4). Essa experiência singular, denota sinais do início de uma superação e ressignificação nos espaços possibilitando reconhecimento e visibilidade das profissionais mulheres negras.

A publicação e a repercussão da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é o reconhecimento da capacidade da escritora Carolina Maria de Jesus de ter o seu lugar social e epistêmico, a sua subjetividade, suas experiências e o seu lugar de fala identificados diante da sociedade. Entretanto, posteriormente, a autora-personagem torna-se parcialmente esquecida pelas mídias, voltando para a invisibilidade.

Porém, quanto aos trechos transcritos, observa-se que a autora-personagem era mencionada nas manchetes de jornais sempre como a escritora favelada, uma tentativa de desqualificá-la e marginalizá-la. Assim, como teve o seu texto citado por um político que estava por fazer campanha na extinta Comunidade do Canindé, a sua voz, muitas vezes, teve a presença de interlocutores, o que acaba por intervir na legitimidade de sua fala.

O João quando retornou-se disse que a reportagem havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luis emprestou-me. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que será que eles escreveram a meu respeito? Quando o João voltou com a revista, li – Retrato da favelada no Diário da Carolina. (Jesus, 1993, p. 150).

9 DE AGOSTO Deixei o leito furiosa. Com vontade de quebrar e destruir tudo. Porque eu tinha só feijão e sal. E amanhã é domingo.

... Fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade. (Jesus, 1993, p. 96).

Quanto à análise da categoria Colonialidade do Ser pode-se identificar similaridades nas abordagens, mesmo apresentando cenários e condições distintas.

Tanto as entrevistas quanto os trechos do livro demarcam uma hipersexualização, vulnerabilidade, objetificação e inferiorização dos corpos femininos. Infelizmente, percebe-se que não houve uma superação do padrão imposto à mulher negra ao longo da história.

Para tanto, a história torna-se uma aliada na exploração da temática, uma vez que a análise dessas experiências passa a dar entendimentos e significados aos marcadores sociais, às identidades constituídas e aos fenômenos sociais. A proposta de contextualização auxiliaria compreender como se moldaram esses discursos opressivos em diferentes períodos ao longo do tempo, e de que forma ainda influenciam as relações e as estruturas sociais.

Sim. Infelizmente ainda é assim. Já vivenciei situações em que colegas, nada íntimos, fizeram brincadeiras/piadinhas de cunho sexual, que certamente não fariam com uma mulher branca. O entendimento de muitos homens brancos é que a mulher negra é fácil de ser levada para a cama. (Entrevistada-2).

- Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas.
- Eu vejo que a sua vida é muito sacrificada.
- Eu já estou habituada.
- Se a senhora quiser ficar comigo, eu peço esmolas e te sustento. É de dinheiro que as mulheres gostam (...). (Jesus, 1993, p. 152).

Embora a realidade e o contexto sejam distintos, mesmo assim é possível perceber que as questões abordadas, de alguma maneira, ainda permanecem sendo identificadas.

Questões Similares, que Mudaram de Padrão

É importante rever as políticas sociais produzidas no passado que ainda permanecem impedindo a igualdade dos direitos e das oportunidades no ambiente de trabalho. Assim, a categoria do Teto de Vidro, observada nas duas etapas da análise deste estudo, evidencia que as questões abordadas podem ser interpretadas de maneiras distintas.

Considerando as impressões apresentadas na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, sugere-se que as limitações impostas nas reivindicações como cidadã pobre e sem voz representam, numa outra perspectiva, as barreiras que dificultam a oportunidade de vozes femininas serem ouvidas pelos políticos. Deste modo, embora Carolina Maria de Jesus

não tenha vivenciado a experiência de trabalhar em organizações, a sua reflexão é pertinente quanto à restrição de se expressar.

(...) O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadro, O Kubstchek e o Dr Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades. (Jesus, 1993, p. 26).

Ascensão sim. Eu percebi, passei a perceber nos últimos anos, principalmente, na minha área de recursos humanos. Eu acho que é uma área onde a maioria é feminina, a maioria na posição de gestão sim. No caso de mulheres negras muito timidamente também. Eu acho que tem um outro ponto também que é a busca pelo desenvolvimento. (Entrevistada-8).

Na maioria dos relatos foi possível constatar que a ascensão aos cargos de gerência/estratégico já é uma realidade, mesmo que ainda em proporção reduzida. A proatividade e a liderança (muitas vezes nata) favorecem a aceitação pelos pares. Desenvolver políticas de diversidade contribuem por romper com os fatores que desencadeiam o fenômeno Teto de Vidro.

Novas Questões/Novas Manifestações da Interseccionalidade

Ao trazer para esta análise, a princípio separadamente, as categorias Colonialidade de Gênero e Interseccionalidade, identificou-se a necessidade de unificá-las numa única categoria, visto que ambas investigam as dimensões das identidades construídas segundo os marcadores sociais (gênero, raça, classe e etnia).

Num primeiro momento, foi considerada historicamente a intersecção de raça e gênero submetida aos efeitos da colonialidade que associa os corpos femininos a objeto de exploração sexual e vulnerabilidade social.

Entretanto, a multiplicidade de experiências a partir da inter-relação, não somente do gênero e da raça, mas também da classe e da etnia, foi responsável por constituir significados aos inúmeros efeitos opressivos.

As atitudes preconceituosas e discriminatórias foram se consolidando nas formas de organização. Assim, tem-se instaurada a interseccionalidade, retratando toda essa vivência arbitrária a partir dos marcadores sociais que se entrelaçam, configurando manutenção das situações de racismo, sexismo, patriarcalismo e de classe.

Cogitar novas formas de interseccionalidade nos faz pensar sobre o que poderia ser apontado, segundo as reflexões que estão na obra o “Quarto de despejo: diário de uma favelada” para as narrativas das entrevistadas. A ausência do conhecimento torna-se uma forma de segregação e exclusão social, impedindo o acesso a melhores oportunidades de emprego e a informações. Abaixo, são apresentados trechos comparativos que demonstram a reflexão acima:

(...) O meu estudo de mestrado assusta algumas pessoas e dá às vezes pra pessoa olhar de onde eu vim: Campo Grande, filha de doméstica... caraca ela chegou lá! Então, eu acho que enfim, assusta. Subverter não, mas morro de orgulho de onde eu estou. Eu faço questão de falar que faço. Faço questão de falar que estou inserida ali. (Entrevistada-1).

...Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do reporter. Perguntei a Dona Nena se ele esteve aqui. Disse que sim. (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair no dia 10, no *Cruzeiro*. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada. (Jesus, 1993, p. 149).

As entrevistadas e a própria escritora Carolina Maria de Jesus tentaram transcender os limites impostos sobre as mulheres negras e, na maior parte das vezes, de origens periféricas. Entretanto, percebe-se que é essencial, tanto à sociedade, quanto ao mercado de trabalho, apoiar e visibilizar as políticas de afirmação, de promoção e reconhecimento do esforço da mulher negra no seu desenvolvimento de carreira, superando diariamente os estereótipos predefinidos historicamente.

Questões Resolvidas

Analisando a categoria Decolonialidade, que na tentativa de legitimar o saber, reafirmar a identidade e ocupar espaços sociais, sugere a superação e eliminação das desigualdades ignoradas pelo fenômeno da Modernidade/Colonialidade global. Neste caso, a proposta decolonial pretende ressignificar a vida das mulheres negras dentro das estruturas sociais e organizacionais.

Nunca passei por situações de algum colega de trabalho verbalizar insinuações racistas. Entretanto, já vivenciei olhares desaprovadores tão intensos quanto as insinuações racistas propriamente ditas. O fato de ter conseguido me capacitar, vencendo todos os dias os estereótipos delegados às mulheres negras e de ter tido oportunidades tão importantes, posso considerar uma superação. (Entrevistada-2).

...Na redação, eu fiquei emocionada. (...) O senhor Antonio fica no terceiro andar, na sala do Dr. Assis Chatobriand. Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho.

Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no *Diário da Noite* amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando. (Jesus, 1993, p. 152).

Em ambos os trechos apresentados, considerando o que se tinha como condição de subalternidade imposta à mulher negra, pode-se dizer que houve conquistas antes impossibilitadas. Entretanto, vale lembrar que esses exemplos de superação foram pontuais. Nem todas as mulheres negras e periféricas conseguiram, em 1960, visibilidade e seus lugares de fala reconhecidos.

Embora a autora-personagem Carolina Maria de Jesus tenha conseguido produzir e publicar livros, o racismo sempre esteve atrelado a todos os momentos da sua vida, como pode ser observado abaixo:

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

— É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico (...). (Jesus, 1993, p. 58).

Para a sociedade, a posição de subalterna/marginalizada nunca lhe foi destituída, da mesma forma que, no relato da entrevistada, observa-se que mesmo com o acesso ao conhecimento e a oportunidades não estereotipadas à mulher negra, não foi possível identificar a superação dos efeitos do racismo no seu ambiente de trabalho. Portanto, o patriarcalismo,

o racismo estrutural e o sexismo ainda influenciam, mutuamente, as relações sociais e a gestão organizacional, delimitando a vida das mulheres negras.

Sim. Caxias. Caxias é considerada a cidade que tem sempre bandido. [...] Falam assim: Mas como você de Caxias conseguiu uma vaga aqui na multinacional? Como você saiu do seu bairro e te deram uma vaga de emprego? Como se Caxias fosse o pior bairro do mundo em criminalidade. (Entrevistada-6).

Depois fomos na redação e fotografaram-me. (...) Prometeram-me que eu vou sair no Diário da Noite amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando. 13 DE JUNHO Eu saí. Fui catar um pouco de papel. Ouço varias pessoas dizer:

— É aquela que está no *O Cruzeiro!* (Jesus, 1993, p. 152).

Há uma necessidade de reconhecer a resistência e a trajetória dessas mulheres negras que mudam a concepção estruturada dessa mulher considerada subalterna, que rompe padrões hegemônicos e passa a conquistar espaços antes impossíveis, como se observa nos trechos acima.

No entanto, apesar das questões ainda não demonstrarem estar de fato concluídas, a partir da análise da interseccionalidade de Carolina Maria de Jesus, não se pode afirmar que os cenários apresentem soluções para as várias formas de discriminação. A leitura dos contextos sociais aponta questões que ainda precisam ser resolvidas.

É necessário refletir de que maneira a gestão, as construções e as relações sociais cooperam na manutenção dos efeitos desse elo de significados construídos, segundo a influência da Modernidade/Colonialidade, ao longo da história.

Conclusões e recomendações

Partindo dos objetivos propostos inicialmente neste estudo, constata-se que a articulação teórica contribuiu para o entendimento da temática abordada. Investigar a modernidade/colonialidade/decolonialidade, os estudos subalternos e a interseccionalidade sobre uma proposta de análise histórica levou a compreender como as identidades sociais foram constituídas e de que forma o racismo, o sexismo e o patriarcalismo ainda são (re)produzidos nas relações sociais.

Diante das perspectivas observadas, nota-se nos discursos das entrevistadas que os desafios ainda são recorrentes, principalmente o esforço realizado para combater os determinantes históricos que incidiam sobre a sua marginalização/invisibilização no cotidiano organizacional.

É fundamental que as reflexões sejam propostas quanto à implementação e o exercício diário das políticas de diversidade nas empresas multinacionais. A adesão de cotas pode ser considerada uma tentativa para uma mudança de cenário, no qual as mulheres negras possam ser reconhecidas pelo seu conhecimento e potencial de trabalho.

Outro ponto que necessita de reflexão, discussão e ações impreteríveis é referente à equidade de gênero nas empresas, como estabelecer políticas que viabilizem ações de equiparação salarial e de oportunidades, superando opressões relacionadas ao fenômeno Teto de Vidro, ainda tão evidentes nas empresas.

Em virtude dos fatos mencionados e considerando o objetivo da pesquisa, conclui-se que, a partir dos apontamentos apresentados pela escritora Carolina Maria de Jesus, no seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, o racismo, o sexismo, o patriarcalismo e a classe ainda são alguns dos sistemas que permanecem ancorados em experiências anteriores. Essa articulação permanece refazendo novas experiências, como pode ser observado nos trechos das narrativas de algumas das entrevistadas.

Buscando compor um entendimento conclusivo, é essencial repensar sobre os processos e sistema opressivos que são (re)produzidos como um mecanismo de exclusão. Em resposta a essa realidade, constata-se que a conquista de alguns espaços e a capacitação profissional podem ser consideradas como uma tentativa de resistir à imposição dos efeitos da Modernidade/Colonialidade global e, conseqüentemente, um esforço de ressignificar a história.

Dado o exposto, é possível constatar que esta temática revela a notoriedade de que a proposta desta pesquisa tende a colaborar com o campo dos estudos de gestão sobre o ponto de vista da análise interseccional e decolonial. Assim, a história também contribui significativamente para o entendimento da construção de significados, de fatos e de processos. Logo, pode-se concluir que não há possibilidade de desatrelar a interseccionalidade da história.

Constata-se que a tentativa de vincular interseccionalidade e decolonialidade numa proposta de investigação neste estudo demonstra, segundo as análises efetuadas, que nem todas as questões explanadas podem ser consideradas como resolvidas. Portanto, recomenda-se que essa abordagem não se limite aos aspectos apresentados nesta versão do trabalho. Entende-se que a proposta deste estudo sugere uma agenda de pesquisa, a qual colabora para uma ampliação de novas abordagens interseccionais e decoloniais nas relações sociais e nas organizações.

Referências

- Abdalla, M. M., & Faria, A. (2017). Em defesa da opção decolonial em administração / gestão. *Cadernos EBAPE*, 15(4), 914-929.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.
- Alvarez, S. E. (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, 43, 13-56.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117.
- Bambirra, N. V., & Lisboa, T. K. (2019). “Enegrecendo o feminismo”: a opção descolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. *Revista Ártemis*, 27(1), 270-284.
- Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: H. B. Holanda. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Editora.

- Coronel, L. P. (2011). Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus. *Revista IPOTESI*, 15(2), 63-71.
- Costa, J. B. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163.
- Costa, J. B., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24.
- Coutinho, L. R. S., Costa, A. M., & Carvalho, J. L. F. S. (2009). Debatendo diversidade de gênero e raça no contexto organizacional brasileiro: lei do mercado ou cotas por lei? *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 4(1), 21-37.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Dussel, E. (1993, Autumn). Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures). *Boundary 2*, 20(3), 65-76.
- Farias, T. (2018). *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê.
- Figueiredo, A. (2018). Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, 9(2), 1080-1099.
- Gerhardt, T. E., Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gonçalves, E. B. P., Altoé, S. M. L., Espejo, M. M. S. B., & Voese, S. B. (2016). Gestão da diversidade: um estudo de gênero e raça em grandes empresas brasileiras. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 35(1), 95-112.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Gouvêa, J. B., Santos, G. R. R., & Paniza, M. D. R. (2019). Os espaços das mulheres e das mulheres negras no mundo do trabalho: uma reflexão sobre gênero, raça e classe nos estudos organizacionais. *Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão*, 4(1), 125/1-125/28.
- Grosfoguel, R. (2009). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: B. S. Santos, & M. P. Menezes (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 383-418). Coimbra: Edições Almedina.
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking Otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463-488.
- Jesus, C. M. (1993). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática.
- Lugones, M. (2008). Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*, 9, 73-101.
- Machado, B. A. (2017, outubro). Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução - UFF, Niterói, RJ, Brasil*, 7.
- Maldonado-Torres, N. (2016). Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 75-97.
- Mayring, P. (2002). *Introdução à pesquisa social qualitativa: uma introdução para pensar qualitativamente* (5ª ed.). Weinheim: Beltz.

- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), 1-18.
- Mills, A. J., Hendricks, K., Mills, J. H., & Deal, N. (2020). Intersectionality as a matter of time. *Management Decision*, 58(6), 1-16. Recuperado em 23 maio, 2020, de <https://doi.org/10.1108/MD-02-2019-0264>
- Misoczky, M. C., & Camara, G. D. (2015, abr./jun). Enrique Dussel: contribuições para a crítica ética e radical nos Estudos Organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(2), 286-314.
- Nascimento, M. B. (2019). A mulher negra e o amor. In: H. B. Hollanda (Org.). *Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Editora.
- Oliveira, F. (2020). Aos 60 anos atualíssimo. *O Globo*, Rio de Janeiro. Recuperado em 13 agosto, 2021, de <http://oglobo.globo.com/opinia0/aos-60-anos-atualissimo-24427534>
- Oliveira, M. D., Sousa, M. N. (2018). Gênero e suas intersecções - uma análise interdisciplinar de 'Quarto de Despejo', de Carolina Maria de Jesus (1960). *Anais do VI Congresso Internacional de História – História e os desafios do século XXI: política, feminismo e performances de gênero*, Goiás, GO, Brasil, 6.
- Pezzodipane, R. V. (2013). Pós-colonial: a ruptura com a história única. *Revista Simbiótica*, (3), 1-11.
- Pozzobon, B. (2020). Quando a desigualdade tem cor. *Welcome Tomorrow Mag*, (2), 46-50.
- Proni, T. T. R. W., & Proni, M. W. (2018). Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 26(1), 1-21.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 117-142. Recuperado em 03 abril, 2020, de http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: B. S. Santos, & M. P. Menezes (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118) Coimbra: Edições Almedina.
- Quintero, P, Figueira, P., & Elizalde, P. C. (2019). Uma breve história dos estudos decoloniais. *Arte e Descolonização*, 3, 3-12.
- Reis, M. N., & Andrade, M. F. F. (2018). O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. *Revista Espaço Acadêmico*, (202), 1-11.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Ribeiro, M. (2008). Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 987-1004.
- Rocha, C. D., Silva, G. R., SÉ, V. A., Floriano, V. A. S., & Melo, F. A. O. (2014, outubro). O fenômeno teto de vidro na ascensão à posição hierárquica das mulheres no mercado formal: barreiras. *Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – Gestão do conhecimento para a sociedade*, Resende, RJ, Brasil, 11.
- Rosa, A. R., & Alcadipani, R. (2013). A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re) pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(6), 185-215.

- Rosa, A. R. (2014). Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, 18(3), 240-260.
- Santos, G. A. O. (2018). Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: testemunho de uma existência condenada. *Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, 8(14), 77-89.
- Silva, E. J. F. (2019). Racismo nas empresas: até quando? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(15), 399-415.
- Silva, F. R. N., & Oliveira, P. M. A. (2018). Quando a mulher negra subalterna fala: diálogos entre Gayatri Chakravorty Spivak e Carolina Maria de Jesus. *Working Papers*, 74, 1-17.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (S. R. G. Almeida, M. P. Feitosa, A. P. Feitosa, Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Streva, J. M. (2016). Colonialidade do ser e corporalidade: o racismo brasileiro por uma lente decolonial. *Revista Antropolítica*, 40, 20-53.
- Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., Diniz, A., & Marcondes, M. M. (2021). Inclusão e diversidade na administração: manifesta para o futuro-presente. *ERA – Revista de Administração de Empresas*, 61(3), 1-11.
- Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Mesquita, J. S. (2019). Pode a interseccionalidade ser afrocentrada no campo da administração? Um ensaio teórico sobre as contribuições da teoria interseccional para a área de administração. *Anais do Encontro De Estudos Organizacionais Da ANPAD – EnEO*, Fortaleza, CE, Brasil, 10.
- Teixeira, J. C., Silva, C., & Mesquita, J. S. (2020). “Cabelo (crespo e cacheado) pro alto, me levando a saltos” em meio à ressignificação das identidades de mulheres negras em contextos sociais e organizacionais. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 19(2), 227-256.
- Vaz, D. V. (2013). O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Revista Economia e Sociedade*, 22(3), 765-790.
- Veiga, A. M. (2020). Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Revista Tempo e Argumento*, 12(29), 1-32.
- Wanderley, S., & Barros, A. (2019). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: Towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 14(1), 79-97.